

Paisagens desafetivas

Interpretações sobre as regiões Oeste e Sul de Juiz de Fora, MG - bairros São Pedro e Dom Bosco.

SESSÃO TEMÁTICA: DIREITO À PAISAGEM
CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor: Flávio Silvério da Silva/Universidade Federal Fluminense/flaviosilverio@id.uff.br

RESUMO

O texto evidencia alguns eventos contemporâneos responsáveis por alterações urbanas na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. A proposta aborda a forma de consolidação do município e, a partir disso, as modificações sofridas por dois bairros, que tiveram em seu processo de formação a presença de comunidades imigrantes ou libertas do regime escravocrata – respectivamente o bairro São Pedro, na região oeste, e o bairro Dom Bosco, na região sul de Juiz de Fora. Com a apresentação das áreas, temos uma discussão teórica que destaca a importância dos valores subjetivos relacionados aos territórios e às suas identidades. A partir disso, como parte da problemática, destaca-se a importância da consideração dos valores culturais como alternativa às alterações urbanas que, ao atenderem apenas aos interesses mercadológicos, promovem o surgimento de paisagens desafetivas.

Palavras-chave: paisagens desafetivas; identidade territorial; transformação urbana; renovação urbana; Juiz de Fora.

ABSTRACT

The text highlights some contemporary events responsible for urban changes in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais. The proposal addresses the form of consolidation of the municipality and, from this, the changes suffered by two neighborhoods, which had in their formation process the presence of immigrant communities or communities freed from the slave regime - respectively the São Pedro neighborhood, in the west region, and Dom Bosco neighborhood, in the south region of Juiz de Fora. With the presentation of the areas, we have a theoretical discussion that highlights the importance of subjective values related to territories and their identities. From this, as part of the problem, the importance of considering cultural values as an alternative to urban changes that, by serving only marketing interests, promote the emergence of disaffective landscapes is highlighted.

KEYWORDS: *disaffective landscapes; territorial identity; urban transformation; urban renovation; Juiz de Fora.*

1 INTRODUÇÃO: Sobre as Zonas Oeste e Sul de Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata mineira, na região sudeste do estado de Minas Gerais, possui 577.532 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2021). Ainda, de acordo com o principal provedor de dados e informações do País, o município mineiro - cortado pelas rodovias BR-267, MG-253 e acessado pela rodovia BR-040 - possui uma área de 1.429,875 km², dos quais apenas 446,551 km² estão em perímetro urbano.

Juiz de fora, semelhantemente à realidade de outras cidades, passou por um processo de consolidação que teve início a partir de um elemento natural: um rio, de águas escuras, nomeado pelos povos originários da região de Rio Paraibuna. Com o desenvolvimento, o



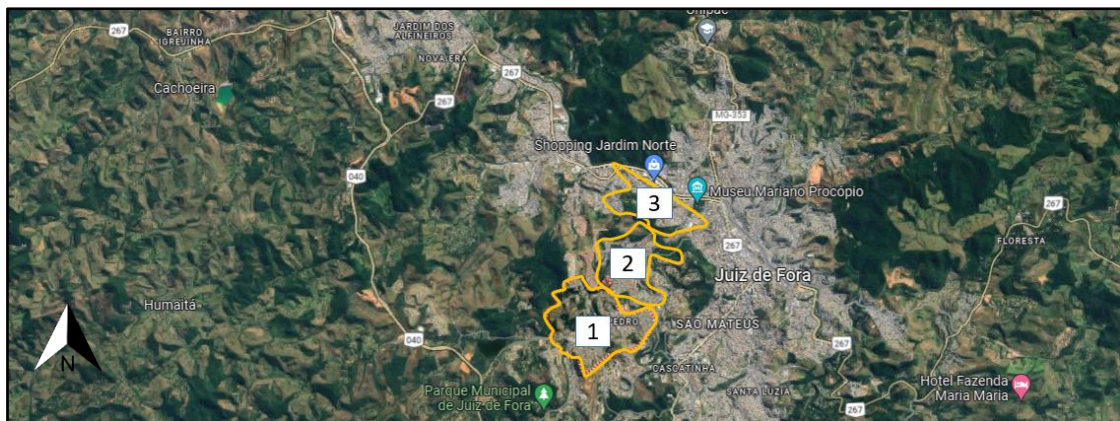
território em questão foi permeado por diversos acessos que objetivavam a criação de rotas estratégicas para facilitar o escoamento de produtos locais à outras regiões. Ao longo dessas vias organizações humanas surgiram, oportunizando a consolidação do antigo arraial em uma cidade.

Segundo Machado (2016), em virtude da cultura cafeeira presente no município, fez-se necessária uma forma mais eficaz para o transporte da forte produção que havia na época. Com isso, em 1861, Mariano Procópio Ferreira Lage fundou a companhia União e Indústria e, posteriormente, esteve envolvido com a Estrada União e Indústria, a qual foi uma das principais responsáveis pela expansão da economia local. É importante ressaltar que fatores ligados à produção de café e, conseqüentemente, a criação da estrada União e Indústria, se relacionam com as duas áreas de estudo enfatizadas neste texto. Porém, isso será tratado mais adiante.

A Estrada de Rodagem União e Indústria, ligando a cidade de Petrópolis a Juiz de Fora, foi inaugurada em 23 de junho de 1861 por Dom Pedro II. Com uma nova dinâmica de produção, transformando Juiz de Fora em um entreposto comercial, há o desenvolvimento do comércio local determinado pela maior concentração de capital (VITTORETTO, 2010). Uma informação de relevância histórica é a de que, concomitantemente ao começo das obras para a construção da rodovia, inicializada em 12 de abril de 1856, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna foi elevada à categoria de município através da Lei nº759 de 02 de maio de 1856 (BASTOS, 1993). Além das questões apresentadas, um dado pertinente é que a mão de obra instaurada pela Companhia União e Indústria, era composta por imigrantes alemães que, conduzidos até Juiz de Fora, eram direcionados a exercerem atividades agrícolas e de pavimentação e conservação da Estrada União e Indústria. Os empenhos voltados à construção da Rodovia União e Indústria mais a consolidação de colônias de imigrantes alemães, permitiram a mudança de uma paisagem tranquila, de um centro populacional que estabelecia atividades agrárias, para uma paisagem industrial dinâmica. Com o fim da Companhia União e Indústria, os imigrantes alemães se tornaram proletariados, vendendo sua força de trabalho para a burguesia industrial local (BASTOS, 1993).

A ocupação dada pelos imigrantes nas áreas adquiridas por Mariano Procópio Ferreira Lage, como exposto por Carmo (2019), promoveu outra forma de expansão dos limites da cidade, em um processo de consolidação de três núcleos de moradias: a Colônia de Cima (1), atualmente bairro São Pedro; a Colônia do Meio (2), o bairro Borboleta; e a outra chamada Village, ou Villagem, onde se localiza a atual Rua Bernardo Mascarenhas no bairro Fábrica (3), que podem ser analisadas na figura1.

Figura 1: Vista aérea da cidade de Juiz de Fora, com a demarcação dos bairros onde aconteciam os 3 núcleos de moradias de imigrantes alemães.



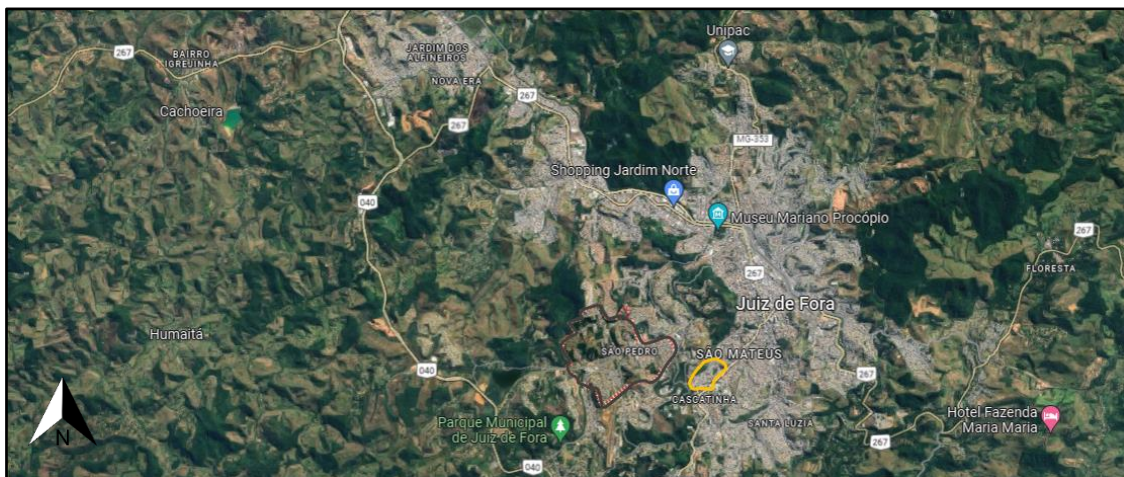
Fonte: *GoogleMaps*, alterado pelo autor (2023).



Para Barbosa (2013), as colônias instaladas na parte alta da cidade de Juiz de Fora, na figura acima demarcada pelas áreas 1 e 2, hoje a região oeste (bairros São Pedro e Borboleta), eram responsáveis por uma produção agrícola que abastecia o mercado interno, enquanto a colônia localizada mais na parte central do município, área 3 na figura, destinava-se a acomodação de trabalhadores especializados, visto a proximidade com as obras da rodovia. Vale ressaltar que Lamas e Oliveira (2007) citam que além das condições insalubres que os imigrantes contratados viviam em seus trabalhos e áreas de moradias, as dificuldades enfrentadas por eles eram análogas ao regime escravocrata, já que esses cumpriam duras jornadas de trabalho, com baixíssimos salários e altos custos cobrados para a amortização de suas respectivas dívidas com a companhia.

Em nossa reflexão, ainda que consolidada por imigrantes alemães, grande parte da região oeste da cidade de Juiz de Fora, um dos objetos deste trabalho, tem na origem de suas comunidades o alicerçamento baseado em uma classe social pobre, submetida à uma situação análoga à escravidão. Essa realidade, ainda que melhor estruturada, se assim podemos dizer, se aproxima da outra área que abordaremos em nosso estudo: a região sul da cidade e o bairro do Dom Bosco - destacado na figura 2.


Figura 2: Vista aérea da cidade de Juiz de Fora, com a demarcação do bairro Dom Bosco.



Fonte: *GoogleMaps*, alterado pelo autor (2023).

Para Oliveira (2000), no século XIX, Minas Gerais era a maior província escravista do país, e Juiz de Fora abrigava a maior população escravizada do estado. Em 1855, Juiz de Fora possuía uma população de 6.466 habitantes, desses, 2.441 eram livres e 4.025 eram cativos. Contudo, esses números começaram a decair a partir da introdução da mão de obra imigrante na região. Com o fim da escravidão, os libertos enfrentaram condições extremamente desiguais para competir no mercado de trabalho e ter acesso à terra. Oliveira (2000) ainda ressalta que somente após 1920, devido ao declínio da produção cafeeira, iniciou-se o processo de busca do centro urbano pelos ex-escravizados. Nesse período, parte da área central da cidade já estava ocupada, sobrando para os libertos vindos da zona rural, locais sem urbanização, sem infraestrutura e com baixa ocupação. Esse foi o caso de alguns bairros “predominantemente negros”, considerados áreas de risco territorial e sensibilidade social, como o bairro Dom Bosco.

A formação do bairro Dom Bosco iniciou-se no ano de 1927, quando Vicente Beghelli parcelou suas terras e começou a vender os lotes “por baixos preços” à classe de operários (OLIVEIRA, 2000). O Plano Diretor de Juiz de Fora, atualizado em 2018, configura o Dom Bosco como uma Área de Especial Interesse Social (AEIS), com a urgência de moradias dignas e melhorias



urbanísticas, frente aos assentamentos precários representados pela pobreza urbanizada e a vulnerabilidade ambiental. É inegável que essa realidade traduz um triste cenário brasileiro, relacionado à ideia do racismo ambiental descoberto pelas responsabilidades do Estado.

2. EVENTOS TRANSFORMADORES DAS ZONAS OESTE E SUL DE JUIZ DE FORA

Apesar de sua forte identidade cultural, a distância em relação ao Centro da cidade caracterizou, durante algum tempo, a região oeste como uma zona tranquila e sem grandes intervenções públicas, mesmo com as demandas. Com a implementação de dois importantes equipamentos - o Aeroporto Francisco Álvares de Assis, em 1958, e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1960, - há um aquecimento do setor imobiliário da Cidade Alta (como é chamada a zona oeste da cidade). Como resposta à nova área de expansão urbana, a prefeitura criou o Plano Diretor da Cidade Alta entre as décadas de 70 e 80. O documento procurava estruturar o desenvolvimento da região, mas também preparava a área para receber outros equipamentos, infraestruturais e de lazer, que se tornariam verdadeiros incentivadores do adensamento populacional e da especulação imobiliária (GERALDO, 2011).

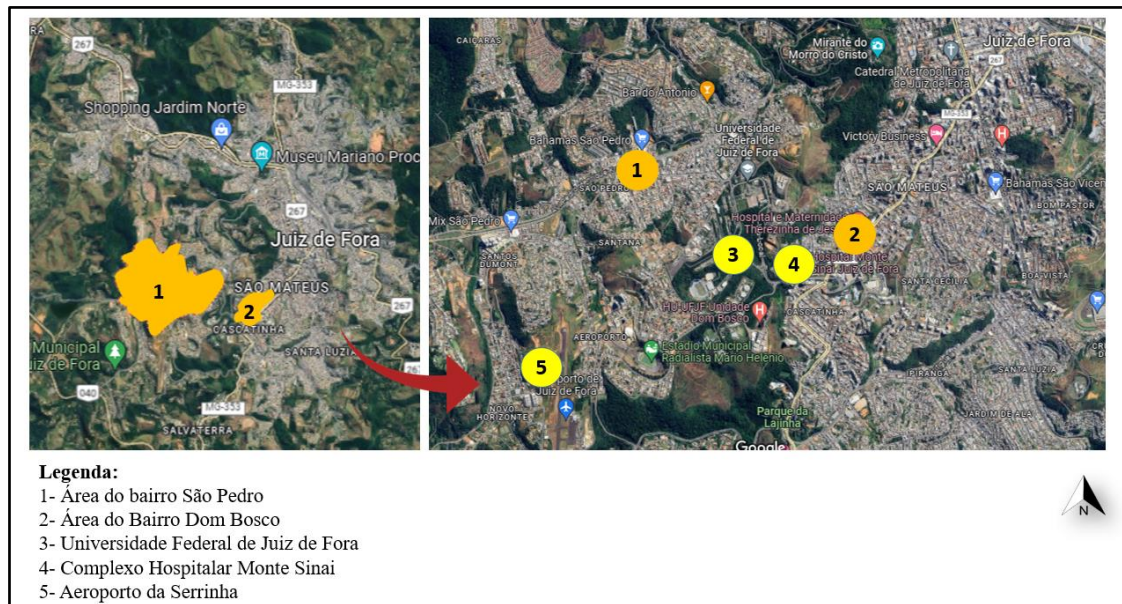
Temos na região oeste da cidade a criação de paisagens que se confrontam, por meio da representação de classes sociais que, mesmo estando lado a lado, são divergentes. Nesse contexto, o bairro São Pedro assume um processo de “progresso” que envolve a diminuição das áreas permeáveis com construção de variadas vias, a implementação de condomínios elitizados contíguos a moradias de autoconstrução e ocupações irregulares, além da implantação de um intenso setor de comércio e serviço. A dinâmica urbana torna visível a segregação espacial na região.

Direcionando nossa atenção agora à região sul da cidade, como dito, a formação do bairro Dom Bosco iniciou-se com o parcelamento de terras da área e a venda de lotes por preços mais acessíveis aos operários. A área, antes tratada como um “pequeno quilombo”, conforme Barreto (2010), havia a presença grande de ex-escravos e seus descendentes oriundos das fazendas de café que hoje dão origem a dois bairros de classe média alta: São Mateus e Salvaterra. As reivindicações da comunidade fazem com que o poder público leve à área a infraestrutura básica, como pavimentação, saneamento, água e luz. Ao mesmo tempo, outros investimentos foram ocorrendo em torno do bairro, a exemplo da já citada Universidade Federal de Juiz de Fora (que praticamente liga os bairros Dom Bosco e São Pedro), o hospital particular Monte Sinai (que teve sua primeira unidade construída em 1994, se tornando um complexo hospitalar em 2013), o Independência *Shopping* (inaugurado em 2008), e a abertura de vias e áreas residenciais destinadas à classe média. Todos esses investimentos, de algum modo, vêm valorizando o bairro, apesar de no seu interior ser mantido em pobreza. Na figura 3, na próxima página, para melhor entendimento, evidenciamos os bairros Dom Bosco e São Pedro, juntamente com os equipamentos citados.

Nesse contexto, o bairro São Pedro assume um processo de expansão urbana que envolve a impermeabilização do solo com a construção de novas vias, a supressão de áreas verdes, a implantação de condomínios de classe alta e média, a criação de áreas extremamente elitizadas limítrofes a moradias de autoconstrução e ocupações irregulares, além da implantação de um diversificado setor de comércio e serviço.



Figura 3: Vista aérea da cidade de Juiz de Fora, com a demarcação do bairro Dom Bosco.



Fonte: *GoogleMaps*, alterado pelo autor (2023).

Ao analisar o bairro Dom Bosco, e o seu entorno, além da segregação espacial, fica evidente a pressão que os moradores sofrem com os investimentos imobiliários. As terras do bairro, que ficam incluídas e ao mesmo tempo desagregadas, tornam-se uma reserva de mercado que atacam os olhos dos promotores imobiliários. A paisagem da área é a representação de uma contradição urbana que, ao mesmo tempo, sofre um processo de valorização imobiliária muito grande e tem em seu cotidiano a vulnerabilidade social e ambiental.

3. AS CIDADES E O AFETO

Esta parte do trabalho tem como base a dimensão socioafetiva estabelecida entre usuário e cidade. Corroborar com o entendimento de como as renovações urbanas, por meio de suas remoções, supressões e manipulações da paisagem, impactam nos territórios e suas apreensões subjetivas. A abordagem ressaltada implica na transferência compulsória não somente dos habitantes de uma área da cidade à outra, como vemos muito acontecer em processos de gentrificação, mas principalmente nas alterações dos espaços submetidos às tendências de mercado que influenciam diretamente na trajetória de representação e no sentimento comum dos moradores frente à um “novo” ambiente urbano e à uma nova paisagem. Os afetos, ou desafetos, são intrínsecos ao entendimento das mudanças sociais e psicossociais, uma vez que a singularização do social atravessa a memória, as ideias, a ação e o pensamento.

Nascida dentro do contexto internacional, temos a psicogeografia, criada por Guy Lous Debord, que representa os estudos dos efeitos do ambiente geográfico sobre as emoções e os comportamentos dos indivíduos, organizados de maneira consciente ou não. Para Debord (1957), o espaço urbano é dotado de surpresas capazes de colocar o transeunte, numa situação exploratória, em contato com novas percepções da paisagem urbana. Em síntese, sua ciência destina-se a analisar e decifrar as interações entre humanos e contextos ambientais. Essas



alternativas de pensar o sujeito no espaço nos fazem avançar sobre o conceito de territorialidade, trazendo ao centro das atenções a identidade.

Paralelamente a isso, por meio das interações entre pessoas e ambiente, como sugere Debord, temos os processos que garantem a identificação de identidades locais, conscientes ou não, que funcionam como uma forma de contraposição ao processo excludente engendrado pelas alterações urbanas. Neste caso, com base no trabalho de Haesbert (2007), pensar sobre as regiões oeste e sul da cidade de Juiz de Fora, trata-se não somente de defender o direito à diferença, mas também de resistir ao sem-sentido de uma sociedade globalmente mercantilizada, onde tudo se torna valor contábil e a primazia das relações sociais se vinculam à acumulação do capital. Haesbert (2007), em sua produção, chama a atenção para uma era dominada pela desterritorialização. Isso, segundo o geógrafo, não no sentido de “tirar o território de alguém” como o que acontece por meio de intervenções construtivas espaciais excludentes, que vão contra as relações entre classes sociais diversificadas – o que ainda assim tem todo o sentido. O autor nos alerta sobre a desterritorialização relacionada à geografia cultural, assim como incentiva Deleuze e Guatarri (1997), ao atrelar o termo à quebra de vínculos de territorialidade entre um povo e o território que este ocupa. Precisamos do território, pois entendendo que o espaço é o palco para diversas relações, o mesmo se torna uma base concreta e material para projeções subjetivas.

Para Lefebvre (2011), a experiência urbana tem por base o direito à cidade que deve ser tomado como ação, ou práxis promotora do contato com a alteridade, permitindo a articulação e a integração do outro, a fim de construir um novo tempo, e um novo ser humano, para a proposição de uma nova sociedade urbana. A essa ideia de tomada do domínio do espaço como instrumento de luta política, Bomfim (2010) considera a apropriação afetiva do território algo relevante. Nesse contexto, vale ressaltar a compreensão de afeto, por parte de Espinosa e mais tarde reconfigurada por Deleuze (1981), onde o mesmo se dá por um tipo de afecção, por meio das sensações e percepções que são capazes de nos atravessar.

Segundo Deleuze (1981), a afecção, pois, não só é o efeito instantâneo de um corpo sobre outro corpo - podendo esse outro elemento ser entendido como o território. A afecção tem relação com as passagens, devires, ascensões e quedas que o corpo usufrui ao estar, por exemplo, num determinado espaço. São as constantes flutuações de nossas potências, capazes de revelarem nossas singularidades, fazendo-nos diferenciarmos do mundo, pelas relações de experimentações que cada um tem, pelo modo de agir e por meio das relações que criamos com as nossas especificidades, nossos lugares. Por meio dessas afecções chegamos à ideia dos espaços sociopetalados e sociofugidios, abordados por Hall (1955), onde: os espaços sociopetalados se configuram como aqueles que atraem as pessoas, tornando-se pontos de convergência de usuários e, portanto, promovendo sua própria ocupação; e os espaços sociofugidios são locais dos quais os ocupantes em potencial se afastam por conta de alguma experiência negativa.

Entendendo as afecções, que promovem os afetos, e trazendo essa realidade para o contexto das paisagens, temos as paisagens afetivas. Essas relacionadas aos espaços sociopetalados, são as paisagens que têm como base a memória e seus afetos, que, como citado por Farah *et al.* (2010), têm a capacidade de atrair, envolver e emocionar os habitantes urbanos. Por outro lado, justificando o título do trabalho desenvolvido, enfatizamos as paisagens desafetivas, que muitas cidades têm proporcionado aos seus habitantes por conta das drásticas transformações urbanas que seus respectivos territórios são submetidos, com o objetivo de atendimento ao mercado imobiliário, por exemplo. Assim, cogitando os afetos e suas caídas, as paisagens desafetivas, associadas aos espaços sociofugidios, são as paisagens relacionadas ao espaço que perde, ou nunca teve, sua essência cultural e ancestral. São paisagens que antes configuravam



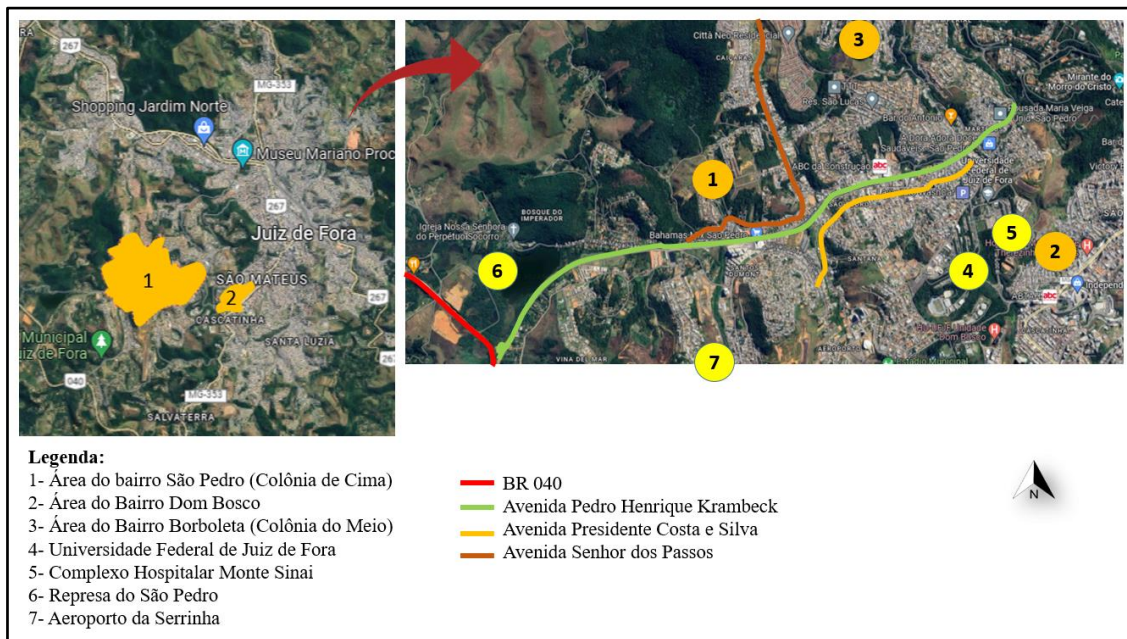
a identidade de um povo local e, atualmente, não mais a representa. São as paisagens que se afastam da geografia cultural, pela ineficiência de proporcionar um produto ligado às práticas e comportamentos, com suas variações de significados, que utilizam os lugares para a representação de algo relacionado à cultura própria de uma região.

Com a suposição de que a urbanização do território resulta do encontro de interesses de diversas categorias, é importante pensar nas possibilidades de distanciamento entre a cidade e determinadas camadas sociais, ao se promover o desenvolvimento urbano com base em questões mercadológicas - onde o território se torna inevitavelmente um produto frio, ignorando toda sua capacidade de valores subjetivos. Desse modo, voltamos a falar sobre as regiões sul e oeste da cidade de Juiz de Fora, e respectivamente dentro de cada localidade, com enfoque para as áreas do Bairro Dom Bosco e do Bairro São Pedro - delimitações que ilustram o quanto paisagens podem ser transformadas em desafetivas por conta de determinadas transformações urbanas.

4. APROXIMAÇÃO DAS ÁREAS

Na região oeste de Juiz de Fora, mais especificamente no Bairro São Pedro, três vias (figura 4) passam por intensas mudanças que geram alterações de paisagens de um modo não tão positivo: Avenida Presidente Costa e Silva (em amarelo); Avenida Pedro Henrique Krambeck (em verde); e a Avenida Senhor dos Passos (em marrom).

Figura 4: Vista aérea da região oeste de Juiz de Fora.



Fonte: GoogleMaps, alterado pelo autor (2023).

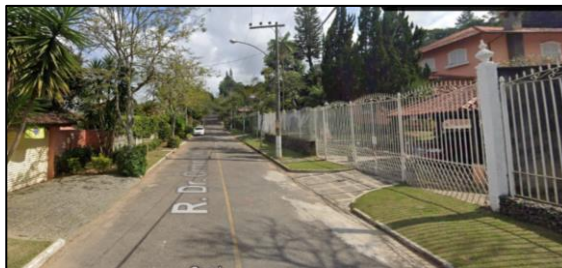
A Avenida Presidente Costa e Silva é uma das principais vias da região oeste de Juiz de Fora, por seu encontro com diversas outras vias de acesso ao bairro. A área, principalmente após a inserção do Campus Universitário da UFJF (1960) e, anos depois, do *Shopping* Independência (2007), teve uma intensa investida no setor imobiliário. Sua paisagem, antes marcada por unidades residenciais unifamiliares, simples, e de apenas um pavimento, hoje é estigmatizada por um intensa verticalização e ampla oferta do setor de serviços, comércio, equipamentos públicos e privados. A Avenida Pedro Henrique Krambeck, por ligar o bairro São Pedro à BR 040,



é outro local de inserção de comércios e pontos de prestação de serviços. A sua visibilidade, por ladear a represa do São Pedro, ocasionou o surgimento de diversos empreendimentos de alto padrão. O seu asfaltamento, e a canalização de parte do córrego São Pedro, têm influenciado muitos alagamentos das áreas nos períodos chuvosos. Já a Avenida Senhor dos Passos, é peculiar pelos padrões residenciais distintos em seu trajeto. Nela é possível observar residências de padrões variados unicamente inseridas em seus respectivos lotes, assim como conjuntos de casas que hora formam simples vilas e hora consolidam condomínios horizontais da alta classe.

Em aproximação com a comunidade da área, percebemos que muitos moradores antigos do bairro entendem determinadas ruas como se fossem um condomínio fechado, justamente pela tipologia das casas de alto padrão (figuras 5 e 6). Observamos um contraste entre realidades que pode ser expresso pela paisagem. Esses panoramas visuais ao deixarem clara a segregação, interferem em sua aceitação. As pessoas não se sentem convocadas a usufruírem ou simplesmente atravessarem determinados locais, mesmo que esses não apresentem barreiras físicas como demarcação de limites.

Figura 5: Vista da rua Ormindo Maia, na região oeste da cidade.



Fonte: *GoogleMaps* (2023).

Podemos perceber as residências com tipologias de edificações, todas muradas, que remetem a um alto padrão.

Figura 6: Vista da entrada rua Ormindo Maia, pela rua Manoel Vaz Guimarães.



Fonte: *GoogleMaps* (2023).

A intenção é destacar que não existe nenhum limite físico que proíba a entrada de pessoas na via, apesar de muitos acharem que a área se trata de um condomínio fechado.

Espaços antes com predominância de uso residencial simples, se transformam em ruas ocupadas por edificações pertencentes à uma classe elitizada, que busca nas novas áreas urbanizadas do bairro, a boa infraestrutura afastada do centro da cidade e a aproximação com a natureza – proporcionada pela presença da represa e seu entorno arborizado. A alteração das tipologias no território, traz à tona o surgimento das paisagens desafetivas. Paisagens que antes contavam a história da região, hoje, para algumas pessoas, principalmente a parte mais antiga da comunidade, não remetem a nada. Na verdade, repelem, afastam, justamente pela transformação urbana do lugar.

Sob essa conjuntura, o outro caso que evidenciamos tal situação se encontra na região sul da cidade de Juiz de Fora, mais especificamente nas proximidades do Dom Bosco, um bairro formado predominantemente por pessoas pretas que têm em sua base familiar ex-escravos.

Alves (2011) conceitua raça como uma realidade socialmente construída que se relaciona não apenas o acesso diferenciado à cidadania, mas também ao direito à vida. Neste caso, por mais que não seja admitido, é confirmado que a raça se encontra como uma condição determinante de acesso aos diferentes espaços urbanos. A história do bairro Dom Bosco traz muito disso.

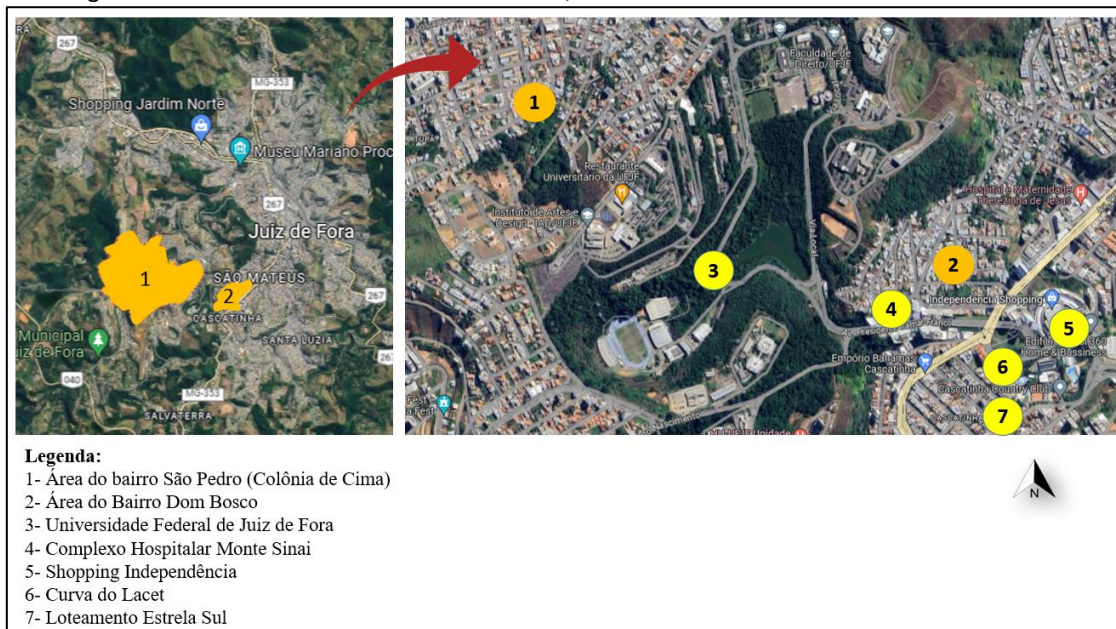
A região da Curva do Lacet, é um campo de várzea localizado nas proximidades do bairro Dom Bosco, mais especificamente no entroncamento entre a Avenida Itamar Franco e a Avenida Dr. Paulo Japiassú Coelho. O local, tradicionalmente apropriado por moradores do Bairro Dom

Bosco, contava com área arborizada, um campo de futebol e um parquinho que, ainda que precários, propiciavam a manutenção da cultura e da tradição do lugar, dando suporte ao lazer de crianças, jovens e adultos que ali moravam. Com a lei nº 11.404, de 24 de julho, de 2007, instituindo a "Operação Urbana Independência Shopping", há a alteração dos parâmetros urbanísticos da área, compreendendo um conjunto de intervenções a serem executadas visando a construção de um shopping center e o serviços de urbanização que viabilizaram a transformação da Curva do Lacet e a implementação do Loteamento Estrela Sul - destinado à alta classe média.

Hoje o local é cercado por uma série de empreendimentos imobiliários, tais como hospitais, o próprio shopping (o mesmo que influenciou a transformação do bairro São Pedro), hotéis, prédios e condomínios, o que proporciona à área se tornar um grande ponto de especulação imobiliária da cidade e, conseqüentemente, interesses diversos e divergentes.

Com a construção do Shopping Center, a área de lazer que se localizava à sua frente foi retirada (sem prévia consulta à comunidade) e substituída por uma grande área gramada com um caminho de acesso ao empreendimento. O percebido é que não seria conveniente um local destinado ao entretenimento de pessoas pretas e de baixa renda no campo de visão da principal entrada do estabelecimento. Outro episódio pertinente às alterações sofridas pelo mesmo local, foi a retirada da bica, antes utilizada por lavadeiras e pela comunidade em geral do Dom Bosco. Com a construção do Complexo Médico Monte Sinai (com início em 2013), a bica foi suprimida e realocada num ponto mais abaixo de origem. Para Vargas (2005), todos os espaços urbanos são produtos de lutas históricas de poder e, frente a essa realidade na relação de forças entre o poder dominante e os dominados, a bica só foi reposicionada porque a comunidade estabeleceu uma tensão com os proprietários do investimento (PEREIRA e ANCHO-PIVOTO, 2020). A Curva do Lacet, juntamente com os outros elementos citados podem ser observados na figura 7.

Figura 7: Vista aérea da cidade de Juiz de Fora, com a da Curva do Lacet e outros elementos.



Fonte: GoogleMaps, alterado pelo autor (2023).

O processo de remoção da Curva do Lacet provocou repercussões de ordem material e imaterial aos seus frequentadores, em virtude do comprometimento do único espaço de lazer e de encontro da população do Bairro Dom Bosco e, também, de bairros vizinhos. A infrasestrutura antes existente, mesmo simplória, era responsável por atender famílias e crianças com práticas

de lazer, diversão e sociabilidade, configurando uma paisagem que se caracterizava pela importância e valorização por seus usuários. Muitos habitantes da cidade de Juiz de Fora consideram a Curva do Lacet como sendo uma parte indissociável do bairro Dom Bosco, representando um espaço culturalmente utilizado, produzido e reproduzido por gerações, apresentando, conseqüentemente, um sentimento forte de pertencimento, estabelecido por relações de afetividade advindas da comunidade para com o espaço.

Atualmente, a grande área gramada se transformou numa simples paisagem desafetiva, ao ser associada à um território que não mais permite a ocorrência de vivências, experiências, lazer, convívio, trocas sociais e relações de pertencimento (figuras 8 e 9).

Figura 8: A Curva do Lacet ainda como um campo em várzea.



Fonte: PEREIRA e ANCHO-PIVOTO (2020).

Figura 9: Vista aérea da cidade de Juiz de Fora, com a Curva do Lacet e outros elementos.



Fonte: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/02-07-2016/abaixo-assinado-exige-praca-na-curva-do-lacet.html>. Acesso em: 26/08/2023.

Esses vínculos territoriais, que antes existiam, hoje se encontram apenas na memória dos moradores mais antigos da região, sendo interrompidos por um processo de requalificação urbana. Ainda que parte da comunidade do bairro Dom Bosco (principalmente as gerações atuais, que talvez não tenham conhecido a área como antes), sintam vontade de utilizar o local, a situação de afastamento é uma realidade: seja pela proibição de uso do espaço gramado pelos seguranças do *shopping*; ou, por exemplo, pela retirada dos bancos que faziam parte da fachada do empreendimento, antes utilizados pelas comunidades próximas.

5 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES PARA O FUTURO

Como observamos, tanto na região oeste, no bairro São Pedro, e na região sul da cidade de Juiz de Fora, nas proximidades do bairro Dom Bosco, os ambientes associados aos propósitos de empreendimentos ancorados em valores de padronização e estímulo ao consumo, se revelam frágeis frente à capacidade de geração de paisagens que proporcionam vínculos e processos identitários com seus frequentadores. Alterações urbanas que não fomentam os intercâmbios e trocas culturais, principalmente de territórios que possuem em sua estruturação forte vínculo com as suas comunidades, corroboram diretamente com ideia de não lugar, estabelecida por Augé (1992), e com a construção de espaços sociofugidios que projetam paisagens desafetivas.

As histórias de vida são inevitavelmente cheias de fatos e impressões sobre diferentes lugares, assim, as paisagens desafetivas, termo cunhado para este trabalho, traduzem muito os espaços que não se tornaram lugares¹. São imagens de ambientes abertos, naturais ou construídos, que

¹ Fazendo referência à diferenciação entre espaços e lugares estabelecida por Marc Augé (1992).



figuram na memória a ausência de relação entre cidade e seus habitantes, fomentado por intervenções que cortem os laços entre pessoas e territórios. A afetividade dos habitantes pela cidade é um indicador de ética, cidadania e boa relação de urbanidade. As leituras de paisagens provenientes dessa relação, remetem à agradabilidade, ao pertencimento e ao desenvolvimento de vínculos e ações que permeiam positivamente as diferenças sociais. O contrário ocorre quando o sentimento de insegurança, ou de muitos contrastes, predomina. Para que as pessoas se importem e participem da cidade, elas precisam sentir que pertencem ao lugar, precisam que a cidade seja uma extensão de sua identidade.

O fomento de planos participativos, colocados efetivamente em prática, oportunizando a contribuição de setores diversos da cidade, mesmo que trabalhoso, pode ser um instrumento de grande valia para que os cenários citadinos não representem situações drásticas. Fazer com que as barreiras de acesso (subjetivas e imateriais) à determinados locais, sejam quebradas seria o ideal para uma leitura democrática dos espaços urbanos. A criação de elementos que incentivem a permeabilidade das ruas elitizadas no bairro São Pedro, assim como a oportunidade de exploração do lazer e convivência da Curva do Lacet, são alternativas para o cumprimento das funções sociais desses espaços, impedindo, por exemplo, o ingresso nessas áreas de atividades ligadas à criminalidade e à violência.

No caso do Dom Bosco, alguns movimentos organizados por instituições privadas, junto à comunidade acadêmica e os habitantes do bairro, já foram desenvolvidos com a iniciativa de retomada dos usos com fins culturais da Curva do Lacet, porém ainda sem grandes efeitos.

Diante da situação das duas áreas, e suas paisagens desafetivas, é percebido o afastamento e descontentamento daqueles que estão próximos, em virtude da perda de lugares cotidianos que antes favoreciam encontros com a sua história, com outras pessoas e com o lazer, perda essa que também repercute para a própria cidade de Juiz de Fora. Assim, o trabalho busca ressaltar a importância do planejamento de processos de transformação que pensem nos produtos relacionados aos territórios (material) e também nos produtos subjetivos (imateriais).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jaime Amparo. **Topografias da violência: Necropoder e governabilidade espacial em São Paulo**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, USP, v. 22, 2011, p. 108-134.

AUGÉ, M. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lucia Pereira. Campinas: Papirus Editora, 1992.


BARBOSA, Yuri Amaral. **O Processo Urbano de Juiz de Fora – MG: aspectos econômicos e espaciais do caminho novo ao ocaso industrial**. 2013. 135 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

BARRETO, Ana Claudia de Jesus. **O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco do bairro Dom Bosco**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

BASTOS, Wilson de Lima. **Caminho Novo, Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1993.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Cidade e Afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2010.

CARMO, João Gabriel da Silva. **Centralidades No Bairro São Pedro Em Juiz De Fora (Mg): uma análise a partir das avenidas Preside Costa e Silva e Senhor dos Passos**. 2019. 61 f. TCC



(Graduação) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

DÉBORD, G. **Teoria da Deriva**. Revista Internacional Situacionista, 02, dez., 1957.

DELEUZE, G. **Spinoza – Philosophie pratique**, Paris: Minuit, 1981.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 05. São Paulo: Editora 34, 1997.

FARAH, Ivete; SCHLEE, Mônica Bahia; TARDIN, Raquel (org) **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. 232p

GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. **Novas Dinâmicas Socioespaciais na “Cidade Alta” de Juiz de Fora – MG**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Curso de Geografia, 2011. 126p.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z. CORRÊA, R. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 169-190.

HALL, ET. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes; 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Juiz de Fora**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 23 jul. 2023.

JUIZ DE FORA. **Plano diretor defasado agrava problemas em bairros de Juiz de Fora**. G1 - Zona da Mata. 25/04/2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/04/plano-diretor-defasado-agrava-problemas-em-bairros-de-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 05 ago. 2023.

JUIZ DE FORA (Município). Constituição (2007). Lei nº 11.404, de 24 de julho de 07. **Operação Urbana Independência Shopping**. Juiz de Fora, MG: 25 jul. 2007. Disponível em: <https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000028708#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.404%20E2%80%93%20de%2024,urban%C3%ADsticos%20na%20C3%A1rea%20que%20especifica..> Acesso em: 10 dez. 2023.

LAMAS, Fernando Gaudereto & OLIVEIRA, Luís Eduardo de. As vicissitudes da escravidão e da imigração em Minas Gerais: a Companhia União e Indústria, os escravos e os alemães (1852-1879). In: **III Encontro Escravidão e Liberdade No Brasil Meridional**, 2007. Anais. V. único. Florianópolis (SC): EDUFSC, 2007:1-13.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2011. 144 p.

MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Urbanização e Modificações no Córrego Independência, Juiz de Fora/MG**. 2016. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

OLIVEIRA, Paulino de. **Efemérides Juizforanas (1698-1965)**. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

PEREIRA, L. S.; SANCHO-PIVOTO, A. **Planejamento urbano, turismo e segregação socioespacial: O caso da Curva do Lacet em Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil**. Turismo-Visão e Ação, v. 22, n. 1, p. 141, 2020.

VARGAS, JOÃO H. COSTA. **Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 48, n. 1, 2005, p. 75-131.

VITTORETTO, Bruno Novelino. A conformação da Zona da Mata mineira no mercado mundial de café no século XIX. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, 2010. 5(9), 67-91.